



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS), deu ontem conta que os investigadores, técnicos superiores e assistentes operacionais do IPMA, em greve entre os dias 9 e 24 de abril, e o Governo não terão chegado a acordo na reatribuição de um subsídio de embarque. Tal facto pode adiar, ou anular, o início do cruzeiro científico para avaliação do 'stock' da sardinha.

O próprio Governo, ainda segundo o sindicato, assumiu que se o cruzeiro científico não se realizar, Portugal e Espanha podem perder mais de sete mil toneladas de quota de sardinha, o que representa 50% da quota total atribuída a Portugal e Espanha para o ano 2018.

Pode depreender-se da posição da FNSTFPS que existiriam expectativas, geradas pelo próprio Governo, de que a suspensão da greve seria desbloqueada após reunião entre o secretário de Estado das Pescas e a secretária de Estado do Emprego e da Administração Pública, situação que não se veio a verificar.

De acordo com a FNSTFPS está em causa um impacto financeiro residual pois, para este cruzeiro específico, a reposição do subsídio seria atribuído a um número reduzido de trabalhadores (12 investigadores para um cruzeiro de 35 dias), sendo que destes cerca de metade serão bolseiros e, por não pertencerem ao mapa de pessoal, não estão abrangidos pelo complemento em causa.

O próprio IPMA, segundo a agência Lusa, afirmou que o cruzeiro científico "cujo início estava previsto para esta quinta-feira, tinha como objetivo avaliar a evolução do 'stock' da sardinha e de outras espécies como a cavala e o biqueirão" e que "A campanha Pelago2018, [cujo início está previsto para hoje], é realizada anualmente na primavera com o objetivo de ter estimativas da abundância, distribuição geográfica e biologia da sardinha e de outras espécies pelágicas como o biqueirão, a cavala, o carapau, entre outros, através do método da eco-integração".

A verificar-se o pior dos cenários (não realização do cruzeiro), a situação dos pescadores portugueses e espanhóis será dramática e terá impactos financeiros e sociais muito significativos. A própria imagem de Portugal perante as autoridades espanholas e europeias sairá muito prejudicada.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Senhora Ministra do Mar, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1- Perante a urgência do cruzeiro científico e todas as consequências negativas que a sua não realização acarretará, como pretende o Governo solucionar este problema?**

**2- Concorda o Ministério do Mar com a atribuição do subsídio de embarque?**

**3- Em caso de resposta afirmativa o que está a inviabilizar a sua atribuição?**

**4- Está o Ministério do Mar dependente de outros Ministérios para poder fazer face à despesa, nomeadamente do Ministério das Finanças ou do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social?**

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2018

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)